



PODER LEGISLATIVO

CIDADE DE GUARULHOS

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM INÍCIO ÀS NOVE HORAS E NOVE MINUTOS E TÉRMINO ÀS ONZE HORAS E TRINTA E NOVE MINUTOS.

Realização: Secretaria da Saúde

Presidente: Vereador Dr. Alexandre Dentista

Tema: Prestação de Contas



O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Bom dia a todos. Hoje, dia 30 de setembro de 2016, sob a proteção de Deus, iniciamos essa Audiência Pública. Essa Comissão Permanente de Higiene e Saúde Pública esclarece que, no momento, o Executivo está sendo representado pelo Sr. Ilustríssimo Dr. Carlos Derman, secretário de saúde, que fará explanações de suma importância referente à prestação de contas do segundo quadrimestre de 2016, obedecendo, dessa forma, o dispositivo no art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Agora, gostaria de chamar algum dos senhores para compor a Mesa. Primeiro, vereador Toninho da Farmácia, secretário da Comissão de Saúde; vereador Zé Luiz, membro da comissão; secretário Dr. Carlos Derman, secretário de saúde; Dra. Teresa Pinho, secretária adjunta de saúde; Dr. Silvio Jorge, diretor administrativo e financeiro da Secretaria de Saúde; Dra. Heloisa Helena, presidente do Conselho Municipal de Saúde. Bom dia, secretário. Com a palavra, o secretário.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Excelentíssimo Sr. Presidente da Comissão de Higiene e Saúde da Câmara Municipal, demais vereadores, Vereador Toninho da Farmácia e Zé Luiz, pessoal do Conselho Municipal de Saúde, além da presidenta, tem vários outros membros aqui do Conselho Municipal de Saúde, pessoal da Secretaria Municipal de Saúde. Nós viemos aqui cumprindo uma obrigação legal, mas eu vou pedir para o Silvio, que é o diretor administrativo financeiro, para fazer a exposição dos dados financeiros desse balanço aí do segundo quadrimestre.

O SR. SILVIO JORGE DE OLIVEIRA – Bom dia. Vamos dar início, então, à prestação de contas do segundo quadrimestre da Secretaria de Saúde, em relação à Lei Complementar nº 141 de 2012.

Iniciando pela parte da execução financeira, as receitas do Sistema Único de Saúde. A receita dos recursos próprios do Tesouro municipal, prevista para ano de 2016, corresponde a R\$ 2,49 bilhões. Até o segundo quadrimestre foram arrecadados R\$ 1.680.191,00, que corresponde





a 67,47% da receita prevista. Também fazem parte das receitas do Fundo Municipal de Saúde as taxas e multas da Vigilância Sanitária. Foi previsto uma arrecadação de R\$ 1 milhão, até o segundo quadrimestre, R\$ 437.920, ou seja, 43,79%.

Os repasses do governo do estado, nos termos o Decreto nº 53.019/2008, a previsão era de R\$ 9,2 milhões, foram repassados R\$ 6.755.00,00, o que corresponde a 73,43%.

Repasse federais, a gente orçou um repasse de R\$ 259.800.00,00, foram repassados R\$ 145.510.00,00, 56,01%.

Para a parte das despesas, aqui está despesa por programa em ação. Então, o programa da gestão, a gente tinha um orçamento em 30/9 de R\$ 103.700.00,00, e foram empenhados quase R\$ 89 milhões e pagos R\$ 55 milhões, que é 62% do total. O outro programa, o programa da melhoria da atenção básica em saúde, então, a gente tinha um orçamento atualizado até 30/9 de R\$ 243.642.00,00; a gente comprometeu despesas de R\$ 198.780.0,00, e foram pagas R\$ 121.531.00,00, ou seja, 61,14%.

Terceiro programa, o programa da melhoria do atendimento à população na média e na alta complexidade. Então, a despesa orçada era R\$ 494.824.00,00, a gente comprometeu R\$ 442 milhões, 89,34%, e disso já foi pago R\$ 278.201.00,00, 62,93%.

É o último programa, o programa da vigilância em saúde, o programa quatro, a gente tem um orçamento atualizado de R\$ 24.830.00,00, a gente comprometeu R\$ 20.711.00,00, 83,41%, e disso foram pagos R\$ 14.395.00,00, 69,5%. Então, aqui, está o que eu acabei de ler resumidamente, né? Então, da parte paga, 11,77% foi pago com a área da gestão; 25,89% com a área da atenção básica; 59,27% com a área da média e alta complexidade e 13,07% com a vigilância em saúde.

Aqui também, as mesmas despesas, agora por categoria econômica e elementos da despesa. Então, a principal despesa da secretaria é a despesa de pessoal e encargos, que a gente já comprometeu R\$ 316 milhões e pagou R\$ 255 milhões e, do total pago até agora, 54,39% foi gasto com pessoal.

Entre as despesas, também, mais significativas, a gente tem aqui as despesas com terceiros, que a gente tem o orçamento de R\$ 290 milhões e comprometeu R\$ 275 milhões, e pagamos, até agora, R\$ 141.860.00,00, 30,22%. Então, o total com o custeio, R\$ 845 milhões é o previsto, R\$ 845.500.00,00, foram comprometidos R\$ 742 milhões, processados quase R\$ 584 milhões e pagos R\$ 467.590.00,00, o que corresponde a 99,62%.

Agora, a parte dos investimentos, a gente tinha uma despesa, um orçamento de R\$ 21,5 milhões para despesa, a gente comprometeu R\$ 8.332.00,00 e pagou R\$ 1.781.00,00, que é 0,38%, que aí totaliza os 100%.

Agora, o índice de execução orçamentária aqui dos recursos. Então, do Tesouro, a gente já comprometeu, já pagou 77,37% do total da despesa; da vigilância, 0,05%, que aqui também é Tesouro; recurso





do estado, dos pagamentos correspondeu a 0,78%; e as transferências federais do que foi pago foi 21,79% com recursos federais.

Os restos a pagar, R\$ 40 milhões que foram inscritos, né? A gente pagou R\$ 37.318.00,00 e ainda tem a pagar R\$ 2.275.00,00. Ai, aqui tem uma parte que é a prefeitura que faz diretamente, né, o Tesouro, que é o INSS.

Em relação à parte dos recursos estaduais, a gente pagou, falta pagar R\$ 171.137,00 que é 0,30%, e da parte federal, R\$ 56 milhões, ainda tem a pagar R\$ 3.990.00,00, né? Então, aqui é para mostrar que a gente tem pago o que ficou inscrito do ano passado e uma parte aqui é empenhos que não foram processados, a gente precisa estar cancelando para desaparecer aqui, mas, praticamente, não há dívidas do ano passado nos nossos restos a pagar. Ainda tem essa parte aqui dos exercícios anteriores a 2015, 14 e 13, que a gente ainda tem uma dívida empenhada de R\$2.309.00,00.

O relatório resumido da execução orçamentária, como conforme determina o Ministério da Saúde lá, pelo sistema do Siops. A arrecadação de impostos diretos do município ou transferências, R\$1,68 bilhão. Os valores processados, liquidados, R\$445.114.00,00. Então, a despesa acumulada até o segundo quadrimestre na área da saúde, 26,49%.

Aqui, está a evolução histórica. Então, a gente pega aqui sempre o primeiro ano. E o último ano, cortou um pouco aqui, para ver o percentual, vê se consegue, dá para enquadrar? Mas, aqui estão os gráficos demonstrando a evolução. O vermelhinho é a aplicação mínima, então, a gente vê que todo ano tem passado. O ano passado, a gente atingiu quase, um pouquinho mais que 27% e, agora, a gente está com 26,49% conforme demonstrado.

Aqui estão todas as contas relacionadas ao Fundo Municipal de Saúde que foi uma solicitação do conselho para que se colocassem em todas as apresentações. Então, cada conta tem o seu destino e, aqui no final, a gente tem a totalização do saldo financeiro que tinha no dia 30, a disponibilidade de caixa no dia 30/9, que eram de R\$ 26.160.00,00, lembrando que aqui não é caixa único. Então, cada conta aqui tem uma destinação e só pode usar nessa finalidade.

Agora, vou passar para o secretário a apresentação das informações da produção.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Vamos lá, então? Primeiro, uma explicação importante, porque o segundo quadrimestre acaba em agosto. Agora nós temos que usar os dados oficiais, os dados do Datasus que são acessíveis no site do ministério ou no site do Datasus. E aí, não estão disponíveis ainda os dados de agosto. Por isso que nós apresentamos só até julho. Na prestação de contas ao conselho, que vai ser um pouco depois, nós vamos poder apresentar completo, até agosto. Agora, aqui é um prazo legal.

Bom, AIHs, vocês sabem, o número de internações hospitalares, o que eu posso dizer é que esses são os números do que foi contabilizado, porque todos os nossos hospitais municipais, tanto o HMU,

21
10
2016



Hospital da Criança e Hospital dos Pimentas, sempre têm leitos extras e também pessoas hospitalizadas em macas e até mesmo em poltronas, cadeira de rodas. Isso não entra nessas estatísticas. A gente nota uma diminuição de AIHs, significa que nós, esse ano, tivemos pacientes mais graves, que ficaram mais tempo hospitalizados. Rodou menos o leito, para você, porque tanto ano passado como esse nossos hospitais trabalharam com capacidade máxima.

Nota-se, aqui, um aumento nas AIHs do HMU. Então, significa que pegou pacientes menos graves. Vamos em frente.

Procedimentos com finalidades diagnósticos. Tem uma pequena diminuição dos partos, que explica a diminuição total dos procedimentos. Procedimentos cirúrgicos – ainda estamos falando de hospitais – também uma pequena diminuição no número de cirurgias, mas, praticamente mantiveram-se para esses sete meses. Vamos em frente.

Produção ambulatorial e, aqui, sim, é uma redução significativa e que nós vamos explicar nos seus detalhes, no total. Vamos em frente.

Aqui estão discriminadas as ações ambulatoriais. Então, tem coisas que melhoraram bem, por exemplo, tomografia, comparando um ano com outro, fizemos mais; um grande esforço também para aumentar os ultrassons, vocês sabem que é uma das maiores filas de espera aqui na rede, está para ultrassons; ressonância, também conseguimos aumentar bastante. Vamos em frente.

E aqui é onde se deu a redução, nas consultas. Fisioterapia também aumentamos muito. Veja, em sete meses, 94 mil fisioterapias, nós podemos projetar que no ano nós vamos fazer mais de 150 mil fisioterapias; também, um aumento aqui nas hemodiálises, vocês notam um aumento significativo. E, aqui, o número de consultas, esse número não é real, nós tivemos... esse é um número do que foi colocado no sistema. Então, nós tivemos, nesse ano de 2016, uma mudança de sistema que passou a vigorar, o e-SUS. E aí muita coisa que foi produzida se perdeu. Essa é a realidade. Então, esse número aqui é um número que não corresponde ao que, de fato, aconteceu, principalmente em termos de atenção básica que a gente aumentou muito as consultas e, no entanto, no sistema consta um número menor. Foi devido à mudança de sistema que o ministério promoveu, que até a gente adaptar os nossos computadores, nosso pessoal aprender a atrapalhar com o e-SUS deu muito problema e também, muitas vezes, problemas com a internet que teve a nossa rede. Então, várias unidades não conseguiram repassar as informações. Vamos em frente.

Bom, aqui a gente vê produção ambulatorial, Então, são pequenas cirurgias. Não posso, agora, entrar nos detalhes dessa produção. Da mesma forma, outros detalhes, aqui, da produção ambulatorial. Notem o aumento, aqui, da dispensação de medicamentos. Um aumento significativo, aqui, na dispensação de medicamentos. Vamos em frente.

Nossos Caps conseguiram ter um aumento significativo no atendimento. Gostaria de ressaltar, por exemplo, o Caps infantil, o Caps AD também, cada vez consegue atender um número maior de pessoas.





Consultas de urgência. Então, nós tivemos uma redução do número de consultas de urgência. A explicação é muito fácil, muito simples. No ano passado, nós tivemos uma grande epidemia de dengue. Então, o ano passado tivemos contabilizados 25 mil casos de dengue, o número real deve ter sido muito maior. Então, os nossos hospitais ficaram ainda mais cheios, nossos prontos-socorros, não que esse ano estejam vazios, estão cheios também, mas comparados ao ano passado houve uma diminuição na busca pelo atendimento de urgência. Essa é a explicação. Vamos em frente.

Aqui também, aqui está por tipo de atendimento na urgência. Aqui, tem... Não, volta um pouquinho. Tem coisas interessantes. A gente consegue atender na urgência a questão cirurgia vascular agora. Tem cirurgia geral, não é isso? Atende na urgência também. Saúde da família, os médicos nas UBSs atendem urgência também, isso é só atendimento de urgência. Isso aqui é basicamente no JJM que atende a urgência ginecológica. A diminuição está aqui, está vendo, olha? Quem procura atendimento clínico na urgência, houve uma diminuição, porque no ano anterior tinha havido a epidemia de dengue. É normal. Vamos em frente?

Também outras coisas de urgência, quero ressaltar aqui, olha: esse ano, nós temos uma equipe de urologia no HMU para atender urgência urológica. Aliás, o único hospital que tem urologia no município é o HMU. Podemos ir.

Isso aqui deixamos separado da UPA, porque no ano anterior, não tinha sido computado como urgência. Então, para não...

Odontologia. Essa redução aqui, não é, não corresponde à realidade, é o mesmo problema do e-SUS, porque são consultas de dentista na atenção básica, e aí, muita produção foi feita que não foi registrada. Como vocês vão ver, a produção dos CEOs, sim, foi registrada. Vamos em frente.

Nos CEOs tivemos um grande aumento de atendimentos. Nos quatro CEOs, os Centros de Especialidades Odontológicas, ressaltando aqui – volta um pouco – o aumento, por exemplo, de próteses, próteses são as dentaduras. Então, atendemos 26 mil consultas aí de protesista, tratamento de canal também, que é endodontia. Pacientes, necessidades especiais. Enfim, é um aumento de 10% aqui importante nos atendimentos dos CEOs. Pode ir.

Bom, aqui... Não sei, continuo eu ou o Silvio falar das auditorias? Nós temos uma equipe de auditores na secretaria, e as regras do Tribunal pedem que nesse relatório a gente especifique as auditorias feitas. Então, nós tivemos várias auditorias, por exemplo, referentes ao hospital Stella Maris, porque havia denúncias de eventual paciente que não era SUS e era atendido como SUS, esse tipo de coisa a gente sempre tem que estar muito atento para acompanhar os filantrópicos.

Outra coisa que a nossa auditoria trabalha muito é que volta e meia nós recebemos pedidos de hospitais particulares, sei lá, Carlos Chagas, Bom Clima, que estão com algum paciente que precisa fazer um procedimento, esse procedimento não é coberto pelo convênio, aí eles pedem transferência para o SUS. Aí a nossa auditoria vai lá ver o que está acontecendo.

21 10 2016



Aqui, a denúncia do Stella Maris, de cobrança de... indevida. Enfim, podemos andar um pouco mais rápido. Vamos em frente.

Então, são diversas auditorias feitas aí a partir... é sempre a partir de uma denúncia, a única auditoria que ela faz normalmente no nosso setor, é auditoria de homônimos, porque, sei lá, tem alguns nomes muito freqüentes, sei lá, José da Silva. Aí, quando aparece a mesma coisa duas, três vezes para José da Silva tem que ir lá ver se estão cobrando duas vezes, três vezes ou se se trata de homônimo. Vamos em frente.

A esterilização, comparando 2015 para 2016, nota-se uma pequena redução, mas que vai ser compensada agora no segundo semestre, com certeza. Pode ir.

Bom, com relação às obras, vão... continuaram, nesse segundo quadrimestre, diversas reformas, aí está a Tranquilidade, Ponte Grande, do Jardim Palmira, Haroldo Veloso já acabou. Aqui estão as fotos da obra, mas a reforma está concluída, a UBS está muito maior, mais adequada; do Inocoop está quase pronta também; Santo Afonso; Parque Cecap também está concluída. Vocês podem visitar lá. O Belvedere foi feita também uma grande reforma na UBS, no Dinamarca também.

Bom, no HMU, nós começamos a ampliação dos leitos do pronto-socorro, se vocês forem lá no HMU, vocês vão ver os tapumes já, não é isso? Já está com os tapumes colocados, estão sendo removidas algumas árvores. Nós vamos fazer uma mudança na dispensação do Hospital da Criança, porque a idéia é manter um plantão lá de fim de semana para dispensação de medicamento, por isso, vai ter essa reforma lá no ambulatório da criança.

Aqui nós estamos ampliando a base do Samu/Mikail, para dar melhores condições de conforto lá para os funcionários. No P.A Bonsucesso nós tivemos que interromper o funcionamento para uma reforma de emergência, pois apareceram rachaduras e havia algum risco, e aproveitamos para fazer uma grande reforma. E ele vai voltar a funcionar dia 4 de outubro, já está anunciado, não é? Estamos terminando de... porque teve que refazer a rede de gases, teve que mudar a cadeira de dentista, ampliar a observação, foi uma reforma grande. Convido até os Srs. Vereadores para ir lá ver como ficou.

Parque Primavera, nós estamos acabando a UBS, previsão de inaugurar esse ano ainda. Essa vai poder ser inaugurada, diferente das UPAs, porque já existe a UBS no bairro, é que ela funciona em um prédio alugado, insalubre, inadequado, então, não vai ser necessário contratar o pessoal para pôr em funcionamento a nova UBS.

Nós fizemos uma sala de raio X no próprio pronto-socorro do HMU, porque, hoje, o HMU tem o problema que a pessoa passa na urgência ortopédica, o ortopedista pede o raio X, ele tem que andar por dentro do hospital para ir lá fazer o raio X, depois tem que voltar por dentro do hospital. Então, nós estamos instalando um raio X ali mesmo no pronto-socorro, do lado do consultório do ortopedista, e acredito que comece a funcionar semana que vem, esse novo raio X. Já está comprado também, nós





vamos trocar o outro raio X do HMU por um aparelho de raio X contrastado, porque, hoje, uma das dificuldades que tem na rede é fazer o raio X contrastado. É uma demanda grande, acho que é só o HGG que faz e faz pouco. Isso aqui já acabou, colocou em andamento, mas está terminada uma reforma em todas as salas cirúrgicas do HMU, que foi feita... Pode ir.

Está em obras uma pequena reforma lá no SVO, para melhorar as condições de trabalho. No Seródio, nós estamos fazendo a seguinte obra, que onde antes, alguns anos atrás, funcionava o velório, está sendo reformado para ser uma extensão da UBS, onde vai ter atendimento odontológico e sala dos agentes comunitários e, além disso, atendimentos em grupo. A UPA Cumbica praticamente pronta, né? Na Vila Rio, nós fizemos um anexo no prédio da SDU, então, nesse anexo, que é perto da UBS. Semana que vem, deve começar a funcionar, lá vai ficar a farmácia, vai ficar a entrega também dos insumos de acamados: fralda, alimentação enteral e pessoal administrativo. Com isso, nós vamos poder aumentar um consultório na própria UBS. Isso aqui também está terminado, né, foi feito uma ampliação da UBS Fortaleza e uma adequação do *layout*, está maior a UBS, né? Isso aqui também está terminado, nós fizemos uma mudança lá da UBS Novo Recreio, está com um *layout* melhor, mais arejado e, além disso, dando uma maior privacidade para o médico.

Acho que era isso, né? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, secretário, Silvio. Secretário, eu, antes de passar a palavra para alguns inscritos, eu gostaria de alguns esclarecimentos, principalmente, em relação a algumas cobranças da população e, na última Audiência Pública que teve aqui, com a secretária da saúde, o senhor disse que agora, no meio do ano, seria inaugurado a UPA Paulista e a UPA Cumbica. E, realmente, seria muito importante para nossa população para desafogar, por exemplo, o HMU; seria muito importante para nossa população, que seriam dois extremos da cidade, e, infelizmente, até agora, isso não aconteceu. E também uma outra grande cobrança, na maioria das unidades de saúde da nossa cidade, há falta de médicos. Eu queria saber como está indo a reposição desses médicos e outros profissionais de saúde. Por favor, secretário.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Olha, o município deve terminar o ano gastando entre 52% e 53% com RH, né? Folha e encargos da sua receita própria. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece um limite de 54%. Então, a parte de obra, nós conseguimos, praticamente, terminar as duas UPAs. Mas nós não tivemos condições de contratar o pessoal necessário, né, para pô-las em funcionamento, infelizmente. Hoje, no Brasil inteiro, tem perto de 200 UPAs terminadas e que não estão em operação pelo mesmo motivo. Não é um fenômeno próprio de Guarulhos, né? Nós temos que fazer um amplo movimento nacional para que sejam garantidos os recursos necessários ao SUS, né? Inclusive, agora paira uma ameaça aí, né? Essa emenda constitucional, Qual é o número? PEC 241, que pretende congelar os recursos durante 20 anos, né? E isso, para Guarulhos, teria uma situação, criaria uma situação muito difícil. Vocês notaram, na prestação de contas do





Silvio que, hoje, 80% do que é gasto na saúde é recurso orçamentário da prefeitura. Quando eu assumi, era 60%; 40% era verba federal. Se congelarem, daqui a pouco, todo o recurso vai ter que vir da prefeitura. A prefeitura não vai ter de onde tirar esse recurso. Então, isso pode criar dificuldades maiores. Agora, vai ficar o desafio de colocar. As UPAs são absolutamente necessárias, mas não pode encolher nada, né? Não vejo que a gente precise fechar alguma coisa para abrir essa UPA. Você não pode fechar nenhum serviço. Nós poderíamos ter aberto essas UPAs em uma manobra eleitoral, abrir para passar a eleição e fechar. Eu não.... jamais, né, nem eu, nem o prefeito concordaríamos com isso, né? A questão não é eleitoral, a questão é garantir o atendimento à população, né?

A questão da falta de médico, existe uma solução a médio e longo prazo, não é? Vocês sabem que finalmente foi publicada no Diário Oficial da União a questão da faculdade de medicina em Guarulhos, não é? Vai ser a Uninove e a previsão é que esteja fazendo o vestibular já em 2017 para começar o primeiro ano em 2018. Agora, isso não tem um resultado a curtíssimo prazo, porque vai demorar seis anos para essa primeira turma se formar, né? Depois que se formar, ainda tem residência, especialização, não é isso? Vejam que a solução não é simples, mas, por outro lado, tem aumentado o número de médicos que vem se formando, né? Então, a gente espera que, logo, a situação melhore. Nós tínhamos uma preocupação muito grande com a renovação do Mais Médicos, parece que foi aprovado, né, a medida provisória e está garantida a continuidade desse programa Mais Médicos.

Fazendo, assim, um balanço, né, eu deixo a Secretaria da Saúde com muito mais médicos do que quando eu entrei, né? Conseguimos contratar bastante, né? Mas é claro que ainda faltam mais médicos. Nós tivemos esse ano de 2016 uma dificuldade a mais, porque nós implantamos o ponto digital, né, em todos os serviços de saúde. Então, hoje, o médico coloca o dedo, né? Ai, vocês vão dizer: "Ah, mas isso não garante nada". De fato, vocês assistiram lá a reportagem que saiu do Padre Bento, do médico que punha o dedo lá e ia embora, né, e ia trabalhar em outros serviços, né? A vantagem que teve para nós de ter saído essa reportagem é que agora todos estão mais espertos, né? Vão ter algum receio de fazer isso, porque esse tipo de problema não acontecia só no Padre Bento, a gente sabe que é um problema bastante... é uma prática bastante frequente. Mas, de qualquer forma, o ponto eletrônico foi um enorme passo na moralização, né? Mas que teve um ônus, né? Nós perdemos médicos. Então, na produção ambulatorial que eu apresentei, a Atenção Básica, nós temos dados, vamos apresentar para os conselhos que nós estamos atendendo mais esse ano do que atendíamos no passado. Mas, na atenção especializada não, porque, se você tem dez especialistas em uma determinada especialidade, se você perder um, que for embora, um médico que sai é 10% a menos naquela especialidade, né? E nós perdemos médicos com a inspeção do ponto eletrônico sim.

Mas o senhor tem razão, a falta de médico é um problema. Nós temos feito processo seletivo, temos chamado médicos e está em andamento agora um grande concurso público de médicos, né? Nós vamos,

21
10
2016



para o próximo secretário que entrar, ele vai ter o concurso feito. Ele poderá, no início do ano, chamar um grande número de médicos, porque nós estamos fazendo concurso público.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, secretário. Como a grande dificuldade, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, são as contratações, mas no início do nosso mandato, eu conversei com o senhor e uma grande necessidade que eu enxergo por estas unidades de saúde estarem superlotadas, seria a ampliação de novos leitos, e o senhor se comprometeu comigo e com a cidade de Guarulhos que até o final do mandato, o senhor conseguiria ampliar mais 330 novos leitos para nossa cidade, e isso também não aconteceu.

E também gostaria que o senhor falasse, por favor, se melhorou... eu sei que não é de responsabilidade da sua pasta, a internet, mas se melhorou, e eu tenho andado nas unidades de saúde e eu escuto que ainda não... para poder marcar uma consulta, chega lá, não tem sistema, não tem internet. Eu queria saber o que o senhor está providenciando nesse sentido, principalmente, o que é da pasta da Secretaria de Administração.

E, também, só para encerrar da minha parte, secretário. Sobre o Stella Maris, o senhor comentou alguma coisa, sei que estão todos os bens penhorados do Stella Maris, sei que eles estiveram procurando o senhor, tentaram falar com o prefeito, não conseguiram, em relação ao apoio para o Stella Maris, porque estão em dificuldade muito grande, e fechar mais um hospital da importância do Stella Maris para nossa cidade, isso seria um prejuízo muito grande para nossa população. E também tive uma reunião com o presidente, com a Dra. Célia do JJM. Mesma situação, queriam falar com o prefeito, no momento eles não conseguiram, não sei o resultado disso, gostaria que o senhor falasse sobre isso, porque eles deixaram bem claro: se não tivesse o aporte da prefeitura, o JJM fecha no final do ano. Gostaria que o senhor falasse sobre isso também, por favor. Porque seria, lógico, um grande prejuízo para nossa população, principalmente para as nossas gestantes e para as nossas mães da nossa cidade.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Respondo agora. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Por favor, secretário.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - Bom, sobre a ampliação de leitos na nossa gestão, né, nós estávamos aqui falando desse quadrimestre, mas eu não me furto a essa questão. Nós, na nossa gestão, nós aumentamos os leitos do HMU com a inauguração da enfermaria cirúrgica, né, que foi na nossa gestão. Nós inauguramos os leitos do Hospital Pimentas, né, que, antes da nossa gestão, tinha apenas o pronto-socorro e o ambulatório. Então, todos os leitos de enfermaria, de maternidade e de UTI foram inaugurados na nossa gestão, né? E nós fizemos um esforço enorme para manter o Stella Maris funcionando, inclusive, temos um acordo com o Stella Maris que ele disponibilize leitos de retaguarda para o HMU.





O que acabou não acontecendo, né, principalmente? Bom, a reforma, a ampliação maior do HMU está em andamento, não vou conseguir concluí-la, mas é uma obra contratada e em andamento. E o que realmente não ocorreu foi a construção de um novo hospital por parte do hospital Nipo-Brasileiro, né? Eles tinham um compromisso conosco, que iriam fazer um hospital de retaguarda lá no sítio São Francisco, né, onde eles têm o terreno, têm uma instituição lá de idosos e de pessoas com problema mental, e têm o terreno para fazer um hospital e iam fazer um hospital de cem leitos, mas eles são privados, eu não posso obrigá-los, né? Nós demos todo o apoio, todas as condições, mas eles deram um passo atrás, em função da crise econômica, das dificuldades que todas as empresas estão passando, o Nipo, por enquanto, ele não desistiu da ideia, mas não fez esse hospital. Também, nós gostaríamos de ter feito uma nova ampliação no Hospital dos Pimentas, né, que íamos fazer a enfermaria pediátrica lá e a UTI pediátrica, mas tivemos dificuldades com a Caixa Econômica Federal, né? Aprovação de projetos e a Caixa, até hoje, não liberou essa obra, né?

Agora, acredito que nós fizemos bastante. Como eu falei, aumentamos no HMU, nos Pimentas, né? No Hospital da Criança, nós fizemos várias reformas internas de maneira que também, hoje, tenha um número maior de leitos. E inauguramos também um novo ambulatório lá no Hospital da Criança. No Caps, em termos de leito de saúde mental, na nossa gestão, que foi inaugurado o Caps Alvorecer, que é um Caps três, que tem leitos, né, dois, três leitos para pessoa permanecer lá durante a noite; e nós transformamos o Capsad, Caps Álcool e Drogas, de Caps dois para Caps três. Então, antes, ele funcionava só durante o dia. Hoje, ele tem leitos também de Caps Álcool e Drogas. É o que foi possível fazer nessa gestão.

Sobre a internet, que é um grande problema, não tenha dúvidas, né? Hoje não funciona nada sem a internet, existem soluções encaminhadas, né? Nós acabamos de adquirir um novo *link*, né? Nós pagamos também parte do custo, né, que a prefeitura está colocando fibra ótica em toda Guarulhos, isso tem um custo, tem um custo grande. Nós estamos cobrindo parte do custo com recursos da saúde, porque aí você tem um investimento grande para fazer a fibra ótica, mas depois você vai economizar, você não vai ter que pagar o outro tipo de ligação, né, que hoje é pela Telefônica ou por outras empresas de telefonia, que é muito caro. E estamos também comprando mais computadores, mais servidores. Já que estamos em final de mandato, é bom dizer que, na nossa gestão, nós multiplicamos por três, por quatro, por cinco, sei lá, a informática dentro da nossa rede, né? Então, UBSs que tinham dois computadores e que, agora, têm dez computadores lá na UBS, né? Claro que tem esses problemas de rede, têm que ser resolvidos, como o senhor mesmo disse, não depende só da saúde, a solução, acredito que está bem encaminhada.

Sobre o Stella Maris e a penhora lá, a disputa. O que está penhorado não é propriamente o prédio do hospital. Então, não é onde se faz o atendimento hospitalar, são anexos importantes, claro. Tem almoxarifado, tem lavanderia, tem laboratório, não é isso? Que funcionam nesses anexos. E

01
21
10
2016



aí, tem a empresa Biotronik que, supostamente, o Stella Maris deve para ela e ela executou a dívida e foi para leilão. A prefeitura entendeu que não podia interferir nessa questão, que era uma questão entre um fornecedor e o hospital, né? Nós temos confiança na recuperação do Stella Maris, né? Nós pretendemos continuar ajudando o Stella Maris e achamos que ele vai ter um belo de um reforço com essa história da faculdade de medicina, porque, justamente para ajudá-lo, nós o colocamos, quando se fez o projeto da faculdade de medicina, a gente colocou o Stella Maris como hospital escola. Hospital escola recebe uma série de incentivos, né, para ser hospital escola. Recebe mais pelos procedimentos que realiza e deve receber alguma ajuda da instituição que vai ter essa faculdade de medicina, né? Então, a perspectiva é de recuperação do Stella Maris. Nós tivemos mais um golpe este ano, né? Além de, uns três anos atrás, eles pararam a maternidade, né? Este ano, eles interromperam a oftalmologia. Isso também provocou uma queda no número de consultas, porque, durante alguns meses, nós ficamos desfalcados. Nós, rapidamente, fizemos um convênio com o Instituto Suel Abujamra, que está realizando as consultas e os exames no Cemeg, e estamos agendando as cirurgias de catarata em São Paulo. Foi a solução que encontramos, porque o Stella Maris, ele tem ajuda da prefeitura, mas ele é privado. As decisões, quem toma é a direção do Stella Maris, né? Eles fizeram as contas e disseram: "Não, o que a gente gasta com oftalmologia é mais do que a gente arrecada. Então, vamos parar de atender oftalmologia para poder garantir a continuidade do hospital", né?

Com relação ao JJM, que, aliás, prestam um serviço de altíssima qualidade e hoje é, no estado de São Paulo, o hospital que faz mais partos pelo SUS. Hoje eles estão fazendo uns 550. É isso? Quinhentos e cinquenta a 600 partos por mês, não tem nenhum outro hospital que faça esse número de partos pelo SUS no estado de São Paulo, né? E nós temos, ele tem, além do pagamento do SUS, ele tem uma ajuda importante que está hoje no valor de R\$ 1,5 milhão/mês por parte da prefeitura, como subsídio, e, além disso, ele tem os funcionários da prefeitura trabalhando lá, porque a prefeitura já teve uma maternidade, onde hoje é o Hospital da Criança, foi a Maternidade de Guarulhos. E, aí, quando houve a decisão de pôr para funcionar o JJM e fechar a maternidade, aqueles funcionários que eram especializados em atendimento em maternidade, passaram para o JJM. Então, tem médico, tem enfermeiro, tem uma série de funcionários pagos pela prefeitura e trabalhando no JJM. Mas, apesar disso, eles ficaram no vermelho, os custos aumentaram e vocês receberão aqui na Câmara Municipal, agora, no comecinho de outubro, um projeto de lei para um novo subsídio ao JJM, isso já foi acertado, eles foram recebidos pelo prefeito Almeida. O prefeito Almeida se comprometeu a enviar para Câmara Municipal, né, um novo subsídio de mais R\$ 5,8 milhões, não é isso, Silvio? Cinco e oitocentos para o JJM, esse subsídio terá que vir em novembro e dezembro, né? Então, este ano. Esse subsídio a mais é indispensável para ele garantir pagamento de 13º e outras obrigações que eles têm que cumprir até o final do ano. Mas, apesar das dificuldades financeiras que são de conhecimento público da prefeitura, nós





vamos arrumar esse recurso e não vamos deixar o JJM fechar e nem reduzir a qualidade. Ele vai continuar prestando atendimento de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, secretário.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - É bom dizer também que, nos últimos anos, com a nossa ajuda, ele deixou de ser uma maternidade que atendia, principalmente, basicamente, o baixo risco e passou a ser uma referência no alto risco, ou seja, até alguns anos atrás, a gestante que tinha complicações, por exemplo, que ela é hipertensa ou que ela tem mais de 40 anos, ou menos de 17, ou que ela tenha alguma doença, ou que ela é obesa, enfim, gestantes que tenham risco maior de ter complicações eram todas encaminhadas para o HGG. Hoje, elas vão também para o JJM, para isso foi inaugurada uma UTI de adulto, né? Além da UTI neonatal que eles têm, né? Como toda maternidade tem que ter uma UTI neonatal para crianças que nascem, né, precisando de UTI, ela tem uma UTI de adulto, que não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, secretário, fico feliz em saber que tanto o senhor quanto o prefeito deram mais um aporte financeiro para ajudar o JJM, isso tranquiliza muito a cidade e, principalmente, as gestantes, porque, realmente, eu sei que é o maior hospital em número de partos do estado.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN - É, vamos precisar do apoio dos Srs. Vereadores, vai ter que vir um projeto de lei para Câmara e ser aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Tenho a certeza de que todos os colegas assim o farão, porque todos as vezes que foi pedido esse aporte para Câmara, nós aprovamos esse projeto e também contamos com o apoio de vocês para o Stella Maris, que também é um importante hospital para nossa população. Gostaria de passar a palavra agora para o pessoal, primeiro, da Mesa. Por favor, vereador Toninho da Farmácia.

O SR. TONINHO DA FARMÁCIA - Bom dia, secretário. Bom dia, secretária adjunta, Dra. Teresa. Bom dia a todos que compõem a Mesa, a todos que nos assistem pela TV Câmara, a todos os presentes. Secretário, a pergunta é o seguinte: a falta de medicamentos nas UBSs. Vejo hoje faltando muitos medicamentos nas UBSs; e vejo, às vezes, não tem na UBS, mas tem no Cemeg, qual que é a maneira que é feita essa distribuição? Por que chega, às vezes, medicamento ao Cemeg e não chega à UBS?

A construção das UPAs. Quantas UPAs foram construídas? Quantas foram entregues e quantas faltam terminar? Quantas foram entregues nesse ano, durante o período das construções, de quando começou até hoje? Por que a mamografia demora de quatro a seis meses para ser chamado? Quando a doença, ela avança e é muito mais caro depois ter que tratar. A mamografia era para ser num tempo muito mais curto, vejo eu. Por que não se investe na prevenção sabendo que hoje é a única porta que existe para saúde, chama-se prevenção, mais barata, mais inteligente e melhor para a população. É muito melhor levar ao conhecimento da população que, muitas vezes, ela adquire a doença, do que ter que tratar a doença. Por que preferir





tratar a doença tendo que gastar mais? A cada um real que se gasta na prevenção, você economiza quatro. É muito mais inteligente, muito melhor para população a gente trabalhar fortemente na prevenção a doenças. Guarulhos poderia ser referência no país, quando se trata de prevenção. Desde que eu assumi aqui, eu bato nessa tecla e peço sempre para o senhor para gente dar uma atenção na prevenção, fazer com que Guarulhos saia na frente das outras cidades e mostre para o país que dá para ajudar a saúde. Hoje só existe uma maneira de socorrer a saúde, chama-se prevenção. Não existe outra maneira, maneira mais rápida, de curto prazo para poder socorrer a nossa população. A população adquire a doença inconscientemente. Se nós trabalharmos forte, bater forte mesmo, mostrar para população que ela adquire a doença inconscientemente, mas para isso tem que fazer um trabalho forte, tem que colocar um pouco de dinheiro, vejo a secretaria gastando R\$ 900 milhões e muito pouco leva para prevenção, se destina esse dinheiro para prevenção. Gostaria muito de ver Guarulhos saindo na frente, dar o exemplo para o Brasil que dá para ajudar e socorrer esse país. Basta querer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Vereador Zé Luiz, o senhor gostaria de fazer uso da palavra? Por favor.

O SR. ZÉ LUIZ – Bom dia a todos, a todos os membros do conselho, da secretaria, ao presidente Alexandre que está conduzindo, à Dra. Teresa e ao nosso secretário Carlão. Carlão, eu tenho três questões para colocar. Uma, eu gostaria... você falou, importante, eu ia perguntar sobre os Mais Médicos, como que está a questão do convênio. Você já abordou dizendo que o convênio vai permanecer, porque é uma grande preocupação nos bairros, principalmente, é perder esses médicos que têm feito um bom atendimento aí na região. Então, o senhor já deu informação que vai continuar.

Outra, também, você falou, mas eu queria que você desse se tiver mais alguma informação, foi implantado o ponto eletrônico, não sei se, estatisticamente, você tem os números de quantos médicos deixaram os postos de Guarulhos por conta, por reflexo da adoção dessa medida.

Outra questão que eu gostaria de colocar, como vereador é muito abordado por vários temas da cidade e a saúde sempre é um bastante abordado para nós. E uma das coisas que me chega com muita frequência não é só a questão da falta de médicos, isso acho que acontece, a gente tenta explicar, justificar, a falta de médico existe, não é só por questão de recurso, é porque não tem universidade de medicina no país, né? A última universidade de medicina pública deve ter 40 anos que foi criada. Não existe. Então, são as mesmas universidades formando os poucos médicos para atender milhões de brasileiros que nascem e vivem no país. Então, eu explico isso para moradores e os moradores vão refletir um pouco sobre esse problema.

Mas eu queria, outro problema que chega para gente está relacionado com o atendimento dos funcionários de serviço mesmo, os atendentes normalmente. Muita reclamação de mau atendimento, de grosseria, muita reclamação de funcionário fazendo descaso. Então, eu queria indagar, Secretário, como que está essa questão da formação, porque eu me





lembro que havia, deve haver ainda um programa de acompanhamento, de formação, de preparação. Isso tem que ser feito permanente. Então, eu queria saber como que está essa questão da formação, porque há muita reclamação também do atendente destratar, não todos, não estou generalizando aqui, mas essa reclamação chega para gente com certa frequência.

Por último, aí não é uma pergunta. É uma pergunta, mas ao mesmo tempo um apelo. Tudo bem, o mandato está acabando, tem três meses para acabar o mandato. Mas eu gostaria de, ainda há tempo, Secretário, de a Secretaria de Saúde fazer um estudo para regulamentação da minha Lei de Proteção Animal. A minha lei pode permitir que a Prefeitura melhore o desempenho nas castrações e também na microchipagem dos animais, mas para isso tem que se fazer a precificação pública da microchipagem, a precificação pública da castração e fazer um chamamento para as clínicas veterinárias conveniarem com a Prefeitura. Mas é lógico que precisa fazer uma regulamentação da lei. Eu não sei como que está isso, não sei se está parado, a gente tenta informação, mas... Então, eu queria fazer um apelo para que nesses três meses que ainda resta de governo, é possível, talvez, avançar e preparar um estudo para que haja melhora nessa parte que é bastante importante. Só para concluir, Campinas microchipou quase 90% dos animais do município e o abandono no município de... Campinas não, desculpe. Curitiba. O abandono na cidade de Curitiba hoje é mínimo, porque 90% dos animais estão microchipados. As pessoas sabem, o animal abandonado, vai lá e passa o leitor no animal vai saber quem é aquele proprietário e vai em cima da pessoa. Então, nós temos muitos animais abandonados na cidade e só microchipamos os animais no Centro de Zoonose, em Bonsucesso. Então, eu queria, é mais uma fala, um apelo para que a secretaria possa envidar esforços para regulamentar essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, vereador. Dra. Teresa, a senhora gostaria de fazer uso da palavra? Dr. Silvio, queria complementar alguma coisa?

Dra. Heloísa Helena, por favor, a palavra é sua.

A SRA. HELOÍSA HELENA SAMPAIO FERREIRA DE CASTRO – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, presidente da Mesa. Bom dia, Vereadores, Secretário. Na verdade, eu não falarei da prestação de contas do segundo quadrimestre a pedido do Conselho Municipal de Saúde, a quem eu represento como presidente neste momento, porque o SUS, assim como as outras políticas públicas sociais dependentes da Constituição, tem sofrido ataques sucessivos por projetos de lei, propostas de emenda constitucional no Congresso Nacional que ferem os direitos dos cidadãos e das cidadãs do Brasil inteiro. Esse risco é risco de morte, não é um risco qualquer, porque em políticas sociais que têm já um subfinanciamento crônico, não se podem tirar recursos, tem de se acrescentar recursos, que tem sido a demanda do SUS, o grito popular nas casas do povo do país inteiro.

A PEC 241, hoje, ela procura ferir de morte tanto o Sistema Único de Saúde como o Sistema Único de Assistência Social, segurança, transporte público, a garantia da proteção social de cidadãos e cidadãs,





impedindo que haja a continuidade do financiamento. Ora, numa população brasileira que sofre uma transição demográfica em que 9% da população em 2020, a partir das estatísticas publicadas pelo IBGE, serão constituídos por pessoas de mais idade, envelhecimento populacional, nós temos que entender que o atendimento a pessoas que envelheceram – e aí já respondendo parcialmente ao vereador Toninho – o investimento de prevenção e de promoção da saúde é o melhor, com certeza. É o desejável, com certeza. Mas é a longo prazo. Nós transformamos cultura, nós transformamos a vida da população que nasce, que começa a crescer hoje para que quando adulta e quando envelhecer esteja mais saudável. Por isso que a gente não vê resultados tão óbvios e tão imediatos, infelizmente.

Uma criança que, hoje, só depende de fralda e leite materno de preferência até o sexto mês, como preconizado, daqui a 20 anos e são 20 anos de redução de investimento, de achatamento de investimento e de punição para aqueles entes federativos que incorram e agravem, que não obedeçam a essa legislação, com restrição de contratação de servidores, com absoluto impedimento de reposição, a não ser de chefias ou por falecimento, e sem poder pedir financiamento, construir e reformar é retrocesso nas políticas públicas sociais que hoje é inadmissível. A população brasileira grita, clama e se manifesta em todas as ruas do país. Guarulhos não poderia ficar de fora. Este conselho que, hoje, nessa assembleia, é a maior participação, nós temos presentes hoje, entre trabalhadores, gestores e população usuária do SUS aqui nesta assembleia, nesta Casa de Leis do município de Guarulhos, 11 pessoas, que é quase a totalidade se excluirmos os trabalhadores da Câmara que estão prestando serviço neste momento e os vereadores que, nobremente, às vésperas da eleição, mantêm seu compromisso público com os eleitores que os colocaram ali e estão presentes, avaliando a nossa prestação de contas.

Então, assim, conclamamos os Srs. Vereadores e todos os seus partidos, a população, trabalhadores e usuários lutando contra a PEC 241, contra o Projeto de Lei nº 451, que cria outros convênios para todos os trabalhadores que começarem a trabalhar nas empresas, ignorando que é um momento de desemprego e que hoje o trabalhador trabalha; amanhã não trabalha; e volta para o SUS, e tirando o financiamento de Sistema Único de Saúde. Nós somos absolutamente contra esse retrocesso nas políticas públicas sociais, especialmente a Proposta de Emenda Constitucional nº 241. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Por favor, secretário, o senhor poderia responder o pessoal da mesa primeiro?

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Bom, vou responder pela ordem. Começando, então, pelo vereador Toninho da Farmácia. A questão de medicamentos, por que tem alguns lugares e em outros não tem. Não é isso? Ele citou que tem medicamento que a pessoa não encontra na UBS, encontra no Cemeg. Bom, primeiro, uma grande explicação. Até alguns meses atrás, a distribuição dos medicamentos nas UBSs, nos hospitais, nos postos de especialidades era feita pela própria Prefeitura. Então, a Prefeitura





tinha um grande almoxarifado de medicamentos, que ficava ali no Taboão e tinha uma frota com alguns veículos para levar esses medicamentos para as várias unidades. Nós notamos que havia já uma incapacidade desse sistema de abastecer adequadamente os postos. Primeiro, o nosso almoxarifado estava hiper, hiper, hiperlotado, não cabia mais as coisas, porque cada vez você dispensa mais medicamentos. Nossos caminhões, nossos funcionários já não davam conta. Então, nós partimos para contratar uma empresa de logística. Então, foi feita uma concorrência, infelizmente, essa concorrência demorou quase um ano para se resolver, deu disputa na justiça, não sei o quê, mas, no fim, se resolveu. Então, foi contratada uma empresa e essa empresa tem o almoxarifado, tem os caminhões. Então, compramos os medicamentos, os insumos são entregues no almoxarifado dessa empresa e ela se encarrega de abastecer as nossas unidades. Parecia tudo perfeito, mas a transição tem sido difícil. Esperamos que os problemas se resolvam logo, mas tem tido problemas. A empresa não tem cumprido adequadamente. E o que é muito ruim, principalmente, perto de eleição. Devia ter deixado para o próximo secretário fazer isso, mas a gente achou que... primeiro, que demorou muito em termos de tempo, a licitação. Segundo que as dificuldades têm sido maiores do que a gente previa, mas está melhorando. Então, eu acredito que deve se regularizar. A segunda coisa é que nós temos um grupo de farmácia que fez uma normatização desta dispensação e, dentro dessa normatização existem, realmente, alguns remédios que só são disponibilizados no Cemeg, alguns mais especializados. Existem outros que a legislação obriga a presença do farmacêutico, que é o caso dos psicotrópicos, é o caso da Talidomida. Tem uma série de medicamentos e aí não é só no Cemeg, mas tem uma meia dúzia de locais que fazemos a dispensação desses medicamentos, que chamamos de medicamentos especiais.

Aproveito também para dizer que tem tido muita discussão no posto porque a lei, atualmente, diz que a prescrição tem que se dar pelo princípio ativo e não pelo nome comercial. Então, nós não estamos dispensando. Se a pessoa vem lá com uma receita médica que está escrito Aspirina não vamos entregar. Ele tem que escrever AAS, ácido acetilsalicílico, porque tem que ser pelo princípio. Isso está na lei! E, aí, tem médico que não aceita isso, que diz: "Eu vou prescrever do jeito que eu quiser. Não sei o quê". Mas a lei tem que ser cumprida e tem que ser obedecida. Isso tem gerado algumas discussões, principalmente, em receitas de particulares. Vocês sabem que mais de 30% do que a gente dispensa no SUS é gente de convênio. Gente que passa em médico particular e depois pega a receita e vai lá pegar o remédio no SUS. E aí, depois briga se aquele remédio não está na nossa lista, ou se o médico prescreveu de forma errada. A outra coisa é que o médico tem que colocar a dosagem. Então, é AAS 100 mg, se tiver só AAS, também não vai dispensar. Tem que dizer se é de 100, se é de 500, quanto que é o comprimido que a pessoa vai tomar. Isso tudo tem gerado bastante discussão nas UBSs.

O Vereador pergunta a questão das UPAs. Nós entregamos na nossa gestão uma única UPA, que é a UPA São João. Tem duas que estão





praticamente prontas, que é a UPA Cumbica e a UPA Paulista. E tem duas que não iniciaram as obras. Tem projeto aprovado pelo Ministério da Saúde, que é nos Pimentas e no Cocaia. Então, a resposta é bem rápida.

O Vereador questiona a demora de quatro meses para fazer a mamografia. Então, é bom explicar o seguinte, quando é um exame de rotina tem essa demora de quatro meses, mas se houver urgência, por exemplo, se a mulher tiver com um caroço lá, uma coisa suspeita. Aí o médico, na prescrição coloca P0. Aí, passa na frente, não é, Dra. Berenice? E marcamos rapidinho, 15 dias, um mês no máximo. Isso vale não só para mamografia, mas para todos os exames. Tem exames que têm uma demora grande, mas que quando é urgente procuramos fazer antes. Além disso, nós estamos ingressando agora no Outubro Rosa, não é? O mês de outubro é conhecido como Outubro Rosa, porque é o mês de prevenção do câncer de mama, principalmente. Então, nós vamos fazer mutirões em vários locais e vamos aumentar a oferta de mamografias nesse mês e vamos fazer palestras sobre. Todas as unidades básicas de saúde vão desenvolver uma série de atividades agora em outubro, por ocasião do chamado Outubro Rosa.

O vereador também tem toda razão quando insiste na importância da prevenção. Desde que eu assumi, esse tem sido o nosso discurso e temos procurado levar à prática, tanto que contratamos educadores físicos, nutricionistas, toda equipe multiprofissional teve um grande aumento na nossa gestão para fazer esse trabalho de prevenção. Uma coisa importante em termos de prevenção é o programa Saúde na Escola, que as nossas unidades básicas vão a todas as escolas municipais pesar, medir as crianças, olhar a visão, olhar dentição preventivamente. Agora, a prevenção tem que ser uma coisa intersetorial, tem que se unir Saúde, Educação, Assistência Social e o Brasil tem avançado nesse sentido, tem avançado tanto e Guarulhos também. Hoje, em média, em Guarulhos, as pessoas vivem 78 anos. Vinte anos atrás, em média, as pessoas viviam 50 anos. Então, isso não é tanto porque melhorou o atendimento, é porque as pessoas estão se cuidando mais também, tomando mais cuidado com o que pode comer e o que não pode comer, em praticar atividade física e ter uma vida mais saudável. Mas o senhor tem toda razão.

Nós estamos agora, em termos de prevenção também, já agora, já nesse mês de setembro, até antes, agosto, as equipes da dengue estão a mil por hora aí, tanto que tem morador que reclama: "Outra vez, vocês aqui na minha casa?". Não é isso? Não é quando está a epidemia de dengue que você tem que agir, tem que agir antes para combater os focos de mosquito e tal, isso é prevenção. Aliás, o vereador tem conversado com a gente, tem dado sugestões e, realmente, tem essa preocupação e nós concordamos com isso, tem que trabalhar na prevenção. Agora, a gente vive mesmo esse dilema. A gente gasta, o senhor falou um orçamento de perto de R\$ 900 milhões, que 90% é com a atenção, não com a prevenção. É que a gente não pode deixar as pessoas morrerem, não é? Fazer o quê? E cuidar do doente é muito mais caro. Além disso, por mais que você previna uma hora a





pessoa vai ficar doente, então você tem que ter também um bom atendimento de saúde.

O Zé Luiz falou da questão dos Mais Médicos. Nós temos também essa preocupação, mas hoje nós temos falta de alguns médicos que já saíram e não porque venceu o contrato do Mais Médicos, mas porque tiveram algum problema particular ou, enfim, abandonaram o programa. Mas estão sendo, pouco a pouco, repostos. Na segunda-feira deve chegar mais cinco, mais quatro, desculpe. Mais quatro, vai um para o Marcos Freire, vai um para o Nova Cidade, um para o Fortaleza e um para o Santa Paula. Agora existe uma preocupação. Tem um grande número, mais de 20 que o contrato vai vencer agora em novembro, começo de novembro e eles vão retornar, a maioria para Cuba. E aí, até reporem vai demorar um mês, dois meses, nesse período, a população fica desassistida, de fato.

O vereador pergunta quantos médicos perdemos com o ponto eletrônico. Aproximadamente, cem médicos. Principalmente pediatra, ginecologista e clínico geral. Aproximadamente 100 médicos, o que é muito, não é? De 1.100 perder 100, é quase 10%. E na questão das especialidades, muitos reduziram a jornada. Então, o médico que era 40 horas, mas que cumpria 20, agora, ele reduziu para 20. Só que ele, em 40 horas, antes ele fazia essas 20 e atendia aquele número de pacientes que corresponde a 40. Agora, já que ele está ganhando só por 20, só quer atender o que ele tem que atender em 20 horas, que está na norma. Então, reduz o número de atendimentos.

O vereador também tem razão, eu acho que se você pegar uns anos atrás tinha muito mais reclamação com relação ao atendimento, à humanização no atendimento. Tinha mais reclamações de funcionário que respondeu mal, que ficou falando no celular enquanto a fila estava lá imensa, não é isso? Esse tipo de reclamação era maior. Mas ainda tem... a gente tem procurado dar cursos e discutir essa questão. Agora, existe um problema, que é: você tem que ter o número adequado de funcionários para atender. Se você tem um número menor, aí aumenta o estresse, aumenta o nervosismo, e aí, às vezes, a pessoa perde a educação. Não que isso desculpe, eu acho que tem que ser chamada a atenção de quem não trata bem a população e tal; mas se você tem uma UBS superlotada, fila imensa e tem lá dois atendentes, e aí um vem para agendar a consulta, outro vem para pedir uma informação, o outro já quer brigar porque não consegue alguma coisa. Aí o funcionário acaba, às vezes, se estressando, ficando nervoso, entrando numa discussão que não devia. Então, parte da responsabilidade é nossa, se a gente não consegue contratar o número adequado de funcionários para trabalhar na recepção. E a outra coisa é que esse tipo de reclamação não é só com relação aos atendentes, recepcionistas, que a gente chama atendentes SUS, mas também é com relação à enfermagem e, principalmente, aos médicos. Tem muita reclamação de médico que: "Ah, eu passei no médico, ele nem olhou para minha cara". "Eu tinha um exame, ele nem olhou o exame." Esse tipo de reclamação. Na saúde, é complicado, porque o atendimento é individualizado,





cada pessoa é uma pessoa; mas tem razão: a gente tem que melhorar na questão da humanização no atendimento.

Com relação ao que disse a Dra. Heloísa, a gente concorda: é uma ameaça que está no horizonte aí, essa emenda constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, secretário. Agora, vou passar a palavra para o Sr. Antônio Luiz do Valle, Conselho Municipal de Saúde; 30 segundos.

– Manifestações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Estou brincando, Sr. Antônio! Calma. Tempo é livre.

O SR. ANTÔNIO LUIZ DO VALLE – Bom dia a todos. Quero cumprimentar, em nome do Secretário de Saúde, a todos os participantes da Mesa; cumprimentar também a todos os conselheiros que estão aqui em nome da nossa presidente Heloisa Helena, e ao vice-presidente, o Sr. Luiz. Não quero ser repetitivo mais uma vez, lamentavelmente, eu sei que nós estamos numa época de, vamos dizer assim, eleições, está todo mundo na rua aí tentando novamente uma reeleição ao seu cargo aqui no ano que vem, para o próximo pleito.

E quantos vereadores nós temos aqui? Três? Três ou quatro? Quatro? Nós temos 34. Quer dizer, poderia ter, pelo menos, uns 10 ou 15 aqui. Então, lamentavelmente, foram apresentadas as contas do segundo quadrimestre, superimportante, porque é da saúde, e temos aqui quatro vereadores. E também quero lamentar, mais uma vez, que nós temos quatro representantes na Assembleia Legislativa de São Paulo e, até hoje, todas as vezes que eu venho aqui, não vejo nenhum deles aqui. Lamentável.

Bom, no que se refere à prestação de contas, não tem muita coisa que falar, porque ainda vai ser apresentado para o conselho e, depois, lá, nós vamos discutir na secretaria sobre isso. Mas o que eu percebi novamente, tenho que comentar, é o Estado de São Paulo, tá? Nove milhões e duzentos, e o Samu ainda continua aquela mesma história, pois têm que contribuir com 25% do total e não contribuem. Essa semana, eu vi uma entrevista do nosso secretário do Estado, o David Uip, dizendo que a ideia deles é fazer, entre aspas, uma junção entre Samu e Corpo de Bombeiros. Não sei aonde vai virar isso aí. E sempre se negam que esses 25% não é devido a eles.

Foi cobrado aqui do Secretário, o nobre vereador, os três cobraram aqui a falta de médicos. Falta médico, e o secretário explicou que o ponto eletrônico afastou os médicos. Eu acho que está na hora, eu me incluo nessa, o Conselho principalmente, e, principalmente, o nosso Legislativo, seja ele municipal, estadual, federal, começar a cobrar um pouco mais o cumprimento, o compromisso médico. Vocês viram o que aconteceu essa semana? Acho que todo mundo viu aquela reportagem que saiu no SBT. Ali, está a radiografia do que acontece nesse país. E quem diz para mim que é só lá no Padre Bento? Uma vergonha!





O médico vai lá, marca seu ponto eletrônico, vou falar o popular aqui, com perdão, e 'vaza' para a sua clínica particular. Olha, o ano passado, de 2015, eu fiz um levantamento. Precisamos começar a analisar friamente o que chamam de trabalho hora/médico, porque não dá para o médico ganhar para trabalhar cinco horas dentro de uma UBS e só trabalhar duas ou três horas e ir embora.

Se ele tem condições de atender 25 pacientes, consegue atender lá em duas ou três horas, então, vamos aumentar a produção. Se ele consegue atender 25 pacientes em duas horas ou três horas, ele tem que trabalhar lá cinco horas, então vamos aumentar para 40! Ai, nós vamos diminuir essas filas que a regulação sabe muito bem que são grandes. Então, está na hora de a gente começar a tomar essas decisões, porque dá a impressão que coisa pública é entrar lá, arrumou um emprego, ganhar seus, sei lá, que nem diz lá, R\$ 12 ou 13 mil por mês, atender lá uma meia dúzia e ir embora. Acho que está na hora disso mudar, porque dinheiro público não é achado no lixo, ok?

Outra coisa que foi cobrada aqui e sempre nós cobramos o conselho, Sr. Ângelo está aqui, que cobra sempre, é sobre a prevenção. Eu voto no Estado. Enquanto a saúde do município tiver que atender alta complexidade em hospitais que nós temos aqui, você pega hoje o HMU, os Pimentas, Stella Maris, que são mantidos, praticamente, pelo município, nós não vamos sair dessa, vamos ficar sempre correndo atrás do rabo, como faz o cachorro. Então, não vamos ter, realmente, condições de atender com qualidade a prevenção. Por quê? Acho eu, e já vi essas matérias, que hospitais, alta complexidade, devia ser um dever do estado e federal. Município devia cuidar da prevenção. O que não acontece; então, fica difícil.

Quanto a medicamentos, hoje nós temos uma falta entre a distribuição. O Secretário explicou sobre essa nova empresa que não está conseguindo ainda fazer a logística, e a falta, em média, 30%. Saiu uma matéria no jornal aqui, do glorioso Eurico, que está presente aqui, da *Folha Metropolitana*, no qual eu fiz uma pequena parte aqui. A Secretaria de Saúde, o Silvio pode me ajudar aí, que é o homem que mexe com a grana, esse ano já gastou R\$ 6 milhões e 30 e tanto... a previsão para gastar esse ano, se eu não me engano, o Silvio pode ajudar, R\$ 6.033.00,00 com medicamentos chamados judicializados.

Eu citei algumas aqui, que: "Justiça comenta abuso, diz o conselheiro", que sou eu. Por que que eu disse isso aqui? Não vou dizer nem que é o abuso da justiça. Ele cumpre o que está lá na receita do médico. Ai, quando você vê um médico prescrevendo mel, leite, leite em pó, suco de não sei do quê, tal. Sei lá, eu não entendo nada de medicina, não vamos gastar R\$ 6 milhões aí ou mais, o ano passado... [ininteligível], nesse tipo de coisa. Ai, nós vamos aí, no medicamento, está faltando 30%.

Alguma coisa tem que mudar nesse país, não dá para trabalhar assim. Saúde, para mim, não é isto, entendeu?

Então, eu peço aos nossos legisladores. Isso que eu falo é geral, não é só municipal, estadual, apesar que não tem ninguém aqui





representando, mas vamos falar aqui do município. Então, vamos olhar mais aqui. Não adianta a gente vir cobrar aqui hoje, as apresentações de contas são três vezes no ano, se eu não me engano, não é isso? Primeiro, segundo e terceiro. Aí, vem aqui os vereadores, cobra e tal, e durante o ano é feito o quê? E depois? E agora está sendo mais enfático, porque está todo mundo querendo se eleger, ok? Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Sr. Antônio! Sr. Clodoaldo de Oliveira, conselho gestor de saúde, Sr. Clodoaldo.

O SR. CLODOALDO DE OLIVEIRA MOURA – Aos senhores na Mesa, representantes, secretário de saúde, Dr. Carlos Derman; nossa secretária, Dra. Teresa Pinho; a presidente do Conselho Municipal, Dra. Heloisa Helena; Srs. Vereadores e colegas que estão aqui presentes. A falta não somente de medicação... certas unidades em pronto-atendimentos, tem faltado até esparadrapo. Eu estive num PA, onde a pessoa com um joelho fraturado e a outra com o tornozelo tiveram que ficar das 7h da manhã até as 17h da tarde, quando eu sai de lá, ainda aguardando o transporte para fazer o raio X daqueles problemas que eles apresentavam, porque, na unidade, o raio X não estava funcionando. É incrível!

Outra coisa que eu gostaria que o nosso secretário esclarecesse, que ele esteve lá no Presidente Dutra, prometendo para aquele povo daquela unidade, pelo menos, que inaugurasse, começasse a obra daquela unidade UBS Presidente Dutra e até hoje o pessoal me cobra na rua, como representante daquele conselho. Outro dia, quase fui agredido na sala da gerente Marina pela Sra. Ester, ex-conselheira. O senhor que fica andando de braços dados com o nosso secretário para lá e para cá, quando que ele vai começar nossa obra? Não tenho muito mais coisas. Muito obrigado a todos e espero que o Sr. Secretário nos dê uma justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado, Sr. Clodoaldo. Sr. Luiz Carlos, vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde.

O SR. LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO – Bom dia a todos. Na pessoa do Sr. Presidente, Dr. Alexandre Dentista, cumprimento a todos, prezados pares conselheiros, Sra. Presidente do conselho, funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, a todos presentes, bom dia. Gostaria de começar por uma questão um pouco difícil de se colocar, mas também não quero ser omissos, sabe? Pelo direito democrático e pela liberdade de expressão, com relação à PEC 241, que a gente ouve muita coisa, mas eu quero deixar claro, e tenho documentos comprobatórios, que a PEC 241 deve, realmente, ser discutida, tem muita coisa que não nos contempla, em especial, na saúde pública, nós temos que discutir, rever e tudo mais, mas nós não devemos, em hipótese nenhuma, ignorar e nem negar o passado. Há 12 anos, o gasto público em saúde vem em decréscimo.

Quer dizer, a proposta da PEC 241, vamos dizer, muita coisa nos prejudica, mas, nesse ponto, até nos contempla, porque ela vai ser corrigida pela inflação e nesses últimos 12 anos, nós tivemos aí o gasto de





saúde em decréscimo. Só esse lembrete também, para não condená-la totalmente, nós temos que parar, analisar, ver os prós e os contras e condenar o que é contra à saúde pública, e não deixar que o SUS, em hipótese nenhuma, seja prejudicado, mais esse lembrete.

Então, reforçando, o gasto federal, tenho aqui dados comprobatórios, se alguém tiver alguma dúvida. Já está mais do que congelado, vamos chamar de congelado, há 12 anos. Ainda não foi votado a PEC 241, e nós não podemos responsabilizar as nossas dificuldades na saúde pública à PEC 241 por enquanto, mas temos que lutar sim para que ela não seja aprovada como querem os governantes, mas como nós queremos. Então, só apenas um lembrete para não dizer que eu não falei das flores.

Com relação às obras. Das 33 hoje, anteriormente eram 34 obras; quantas estão concluídas? E a previsão do restante das obras, o que vai acontecer? Nós não temos sido informados de datas, do restante, e o que vai acontecer. E lembrando que os R\$ 9 milhões, aproximadamente, recebidos já entraram na conta da... como chamaram? Entraram na conta da prefeitura municipal, certo? E nós não vemos aí apontado o valor exato nas nossas prestações de contas desse saldo. Ou eu não entendo nada, apesar da formação em contabilidade e administração, eu não entendo nada de número. E também lembrando, com relação às obras, que tem uma emenda parlamentar da deputada Janete, que, diga-se de passagem, foi uma lutadora pela saúde, merece todo nosso respeito, para sete unidades, sendo que quatro sem projeto e sem datas. Pouco sabemos a respeito disso que está acontecendo. E nós temos esse R\$ 1,7 milhões, vamos dizer, para nós usarmos para estar melhorando, aí, o nosso atendimento e as reformas necessárias.

Referente a remédios, foi bastante discutido, o Sr. Secretário colocou bem a dificuldade da distribuição atual com a nova empresa que, diga-se de passagem, representa R\$ 32 milhões no período de contrato. E nós estamos analisando apenas os remédios de distribuição gratuita, onde a falta realmente comprovada, porque, por exemplo, a Região um faz um trabalho maravilhoso no que diz respeito a esse controle, então, nós temos como aferir essas faltas além das nossas visitas. Então, está muito alta, realmente, a falta. Não diz respeito, mas só um exemplo, isso é o menos importante. Eu, há um ano, busco dois remédios com receitas, eu chego sempre atrasado. Quando eu chego, acabou, não sei o que é que está acontecendo, tudo bem, mas é só para a gente estar pensando em melhorar. Não é só crítica, não, que a gente está fazendo, porque nós sabemos que as pessoas que estão aqui lutam por uma saúde pública melhor. Tenho a convicção disso. Tem o secretário, a adjunta, a diretora, todos os presentes, mas nós temos que, enquanto conselheiros, estar fiscalizando, trazendo a demanda das reclamações para que as pessoas devidas façam aí as correções. Reconhecemos muita coisa boa que está sendo feita.

Quanto aos médicos do Padre Bento, só lembrar, e tem médicos comuns, nessa matéria, que trabalham na prefeitura. E eu já trouxe algumas vezes, já conversei superficialmente com o Sr. Secretário. Sr.





Secretário, o senhor sabe que os médicos, muitos deles não estão cumprindo, realmente, o horário combinado e tudo o mais. Eles não deveriam, vamos dizer, ter o direito, naquele período contratado, de atender rapidamente aí, com água benta ou com, vamos dizer, com outros artificios, e sair correndo para outro emprego. Daí, tem que cumprir aquele horário, mesmo que ele não tenha quem atender, vamos dizer, ele tem que permanecer ali, porque existem uma série de encaixes de necessidade de última hora. Na odontologia, foi colocado aí um número negativo de aproximadamente 25%, e nós sabemos que tem a ver também com as cadeiras odontológicas em manutenção com frequência, obsoletas, que levam à paralisação de todo o atendimento. Isso eu constatei por diversas vezes, então, nós temos 700 contratos na Secretaria de Saúde, alguns contratos que prevêm, vamos dizer, uma maior agilidade e precisamos cobrar outros equipamentos da saúde; quero lembrar que a questão da internet, nós já estamos ouvindo há dois anos que vai melhorar, vai melhorar. Apenas não melhorou, e uma UBS, por exemplo, sem a internet, ela fica paralisada.

JJM. JJM, foi dito muito bem pelo secretário. O que significa JJM para nós aqui no município, mas eu quero lembrar a todos que lá no JJM, num terreno cedido pela prefeitura, o Estado se comprometeu a uma construção que já está pronta, e o acabamento está em torno dos míseros R\$ 15 milhões e o Estado não nos atende. E eu não vejo, vamos dizer, uma corrente no sentido de estar cobrando o estado para terminar. Para vocês terem uma ideia, se eu fizer aqui uma pergunta, a maioria não conhece o Instituto da Mulher, onde ele está e como está. Ele está pronto! É uma fase de acabamento apenas, de responsabilidade do Estado. Nós temos que cobrar isso. Para ter uma ideia, acho que, inclusive, entre outras coisas, o Instituto da Mulher vai ter atendimento ambulatorial, apoio e diagnóstico, hospital dia, consultórios, centro cirúrgico, atendimento à mulher vítima da violência. A Secretaria faz o que pode, mas muitas dessas violências são encaminhadas para São Paulo.

Então, para ter uma ideia, a nossa mulher aqui, vítima de violência, não precisaria mais ir para São Paulo, lá no Pérola Byington, sabe? Passar por uma série de constrangimentos, dificuldades e, às vezes, humilhação. Trataria de especialidades em ginecologia e todo atendimento aí compatível com a mulher. Então, quero lembrar, principalmente aos nossos ausentes deputados estaduais, de cobrar o Estado para que isso aconteça. Não podemos ficar nessa situação aí. Desde 2013, praticamente, está pronto.

Eu quero ainda, sem esquecer, solicitar ao Sr. Presidente que envie depois para nós do Conselho Municipal de Saúde, a Ata desse nosso encontro. E queremos também deixar claro, como foi dito, que o primeiro quadrimestre das contas foi reprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, e esse segundo quadrimestre ainda não foi apreciado pelo Conselho Municipal de Saúde, ainda vamos verificar o que vai acontecer. Falamos aqui da PEC e quero ainda falar do novo contrato do ABC, um contrato de R\$ 7 milhões/mês aproximadamente, e ainda constatamos uma série de problemas, desde a falta de médicos e, se é que assim podemos chamar, de instrumentos





e equipamentos quebrados, em manutenção. Raio X, e uma série de problemas aí, que não está funcionando. Então, a questão, às vezes, de estar fiscalizando melhor os nossos convênios, porque nós pagamos dentro do acordado. Reforçar também a questão dessa verba da ex-deputada federal, Sra. Janete Pietá, de R\$ 1,7 milhões. Temos que tomar providências aí, com relação a esses médicos para trabalharem um pouco mais e não deixar tanto tempo a gente na fila. Hoje, por conta de esteiras quebradas, alguma coisa, os nossos exames cardio estão aí, em média, demorando seis meses, muitas vezes, você vai ver, é uma esteira que está quebrada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Conclua, por favor, Sr. Luiz.

O SR. LUIZ CARLOS DA CONCEIÇÃO – Agradecendo a compreensão de todos. Estamos juntos aí para uma saúde pública melhor e estamos aqui para acrescentar essa crítica construtiva, nós sabemos do empenho, vamos dizer, de todos numa saúde pública melhor. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado, Sr. Luiz. Agora, com a palavra, por favor, Sr. Dagner Turri, Conselho Municipal de Saúde.

O SR. DAGNER GERALDO CORRÊA TURRI – Bom dia a todos. Em nome do Dr. Alexandre, eu cumprimento o Dr. Carlos e toda a Mesa. Bom dia aos presentes. Bom, em primeiro lugar, eu quero aqui fazer uma defesa, vamos assim dizer, ou corrigir uma colocação aqui sobre o Stella Maris, lembrando que eu coordeno a Comissão de Controle Social lá do hospital. O Sr. Secretário tem dado sim, todo o apoio para nós, lá para o Stella, isso é inegável. Sobre o fato que foi colocado pelo vereador Alexandre do prefeito não nos receber, não foi bem assim, porque nós também não o procuramos. Por quê? Porque nós estávamos desarmados. Nós vamos reivindicar o decreto de utilidade pública sobre esses imóveis penhorados, certo? E nós não tínhamos uma base, nós não tivemos o acesso aos documentos, ao processo porque, neste caso, a Secretaria dos Assuntos Jurídicos dificultou o nosso acesso a esses documentos.

Estava previsto um movimento para irmos até o prefeito, e não quisemos realizar essa ida lá por conta disso. Aliás, nesse aspecto do processo de utilidade pública, o secretário também foi muito coerente conosco, ele nos deu apoio, correto? Agora, sobre a PEC 241 é público e notório que está havendo manifestações a respeito dessa PEC, o pessoal está se manifestando contra a PEC. Eu não estou participando, poderia perguntar: "Puxa, mas você representa segmento dos usuários", eu não posso participar de algo que eu não conheço o texto, o texto, na íntegra, dessa PEC, que me parece que só vai ser publicada na terça-feira.

Aí, sim, a gente vai ter um conhecimento mais a fundo dessa PEC. E fala-se, inicialmente, sobre o corte de verbas, que o dinheiro vai diminuir. Bom, eu sempre venho participando do conselho municipal com a visão de um empresário, tanto que eu já representei o conselho municipal, pela antiga Acig, que hoje é a ACE, Associação Comercia e Empresarial. Então, eu defendo o outro lado, ou seja, aqueles que trabalham e pagam





impostos para sustentar todo um gasto enorme do estado. Gente, de onde vamos tirar... De onde pode ser tirado? Os empresários não aguentam mais, de tantos impostos, incluindo imposto sindical.

Então, vai chegar um ponto que não vai ter mais condição de tirar até do próprio empresariado, porque ele já está exaurido de uma carga tributária imensa. Nós vemos aí a nossa atividade econômica desacelerando, de forma gradativa. Eu trabalho no ramo imobiliário, eu vejo as pessoas com dificuldades, os comerciantes, os pequenos industriais, pagar seus aluguéis. Nós estamos negociando para que eles continuem na sua atividade, mas nós fazemos a nossa parte. Agora, a carga tributária não tem como. Eu diria que nós precisamos ver este lado, discutir este lado, eu não sou de participar de manifestação pública nesse sentido, excepcionalmente, nessa da PEC 241. Muito bem, aproveito também para fazer um protesto do que acontece lá no Conselho Municipal da Saúde.

No último pleno, isso veio a demonstrar cabalmente o que não se deve fazer lá. Conselheiros pegarem o microfone, e dizerem: "Golpismo, golpe". Nós todos vimos que foi todo um trâmite institucional, jurídico. O que aconteceu para essa presidente, anteriormente aconteceu para o Collor. Eu fui para as ruas contra o Collor. Fui agora também. Por que não? Por que não? A presidente do conselho também cometeu essa falha, pegando o microfone, saindo da Mesa, mas não colocando no lugar dela ninguém que a substituisse, e também gritou: "Fora Temer". Eu não estou aqui defendendo o Temer, estou defendendo uma atitude institucional. Ele é o vice-presidente, ele assume. Se ele falhar, cometer os mesmos erros da anterior presidente, ele tem que ser tirado também. Eu sou um grande defensor do estado de direito, da democracia, da nossa justiça, apesar de suas falhas, e assim eu vou continuar. Isso, em nome da minha família, dos meus netos e em nome de toda uma sociedade que trabalha, que produz, que vai às 5h da manhã pegar ônibus para ir para o seu serviço e sabe-se lá que horas que volta para casa. Então era isso, e agradeço a atenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. Dagner. Por favor, agora o Sr. Ângelo Martins, do Fórum Permanente de Saúde.

O SR. ÂNGELO MARTINS – Bom dia a todos, a todas as pessoas. Em nome do Dr. Carlos e Dr. Alexandre, eu cumprimento todos os integrantes da Mesa, e também as pessoas que estão presentes, através da presidente do Conselho Municipal de Saúde, a Dra. Heloísa Helena. Eu, hoje, vou por mais só através da maternidade JJM, que o senhor já deu um certo parecer aí. Eu estive na reunião lá de controle social, em 19/9, e me informaram que 20% das pacientes que procuram o JJM lá para passar ao médico apresentam sintomas de coceira, sangramentos e corimento, quer dizer, isso podia ser feito na Rede de Atenção Básica dos PAs também. Disseram-me que 50% das mulheres que são examinadas lá, que vão lá para fazer cirurgia ginecológica, disseram esses procedimentos não são realizados, quer dizer, 50% das pacientes que passam poderiam ser atendidos na Rede de Atenção Básica.





Todo esse volume deveria não estar indo ao JJ, porque elas vão lá para examinar se está sendo preciso fazer cirurgia. Aí na constatação do diagnóstico, diz que não é necessária cirurgia, quer dizer, isso não precisava ir para lá. Então, aqui também necessito que seja aumentado o número de leitos da UTI neonatal nos Pimentas, porque está sobrecarregando lá. Eu vou, agora, também, na alta qualificada da mãe e do RN, que é depois do parto, que é o puerpério, que seria na realidade o resguardo. Nessa alta qualificada, para nós, como usuários do SUS, as crianças que têm de ir para o CEP não estão sendo bem acolhidas na urgência que necessitam, porque isso, a maternidade poderia ela mesma entrar em contato com o CEP, o Centro de Estimulação Precoce, e agendar essas consultas, aí seria muito mais rápido o ingresso dela ao Centro de Estimulação Precoce, que é o CEP, que é criança com paralisia cerebral, baixo peso, criança que tem deslocamento no ombro na hora do parto. Tudo isso necessita um atendimento mais urgente.

Assim também, o JJM, a maternidade, ela tem uma meta com a Secretaria da Saúde em ultrassonografia, ela diz que não consegue atingir a meta que é pactuada para a secretaria, porque disse que em 2015, houve um absenteísmo de ultrassonografia de 40%, e o ultrassom, você já pensou absenteísmo nessa altura, não é? E, agora, em 2016, diz que está na faixa de 28%. Então, seria interessante a gente ver isso daí, porque a meta, ela diz que não consegue, e o Tribunal de Contas fica em cima dela, porque ela não cumpre meta, não consegue cumprir a meta e o tribunal fica cobrando dela. Mas ela disse que isso mais é por causa do absenteísmo. Vendo a grande demanda também, assim, da... Um dos grandes problemas que tem a maternidade JJM, é a grande demanda de pacientes, que entram no pronto-socorro dela.

Eu acho que esse aditivo aí, esse... Mais esse recurso que vai entrar de R\$ 5,400 milhões aí não sei se adiantaria muito não, igual eu pus aqui, não basta o subsídio de R\$ 5 milhões. O problema dela lá muito é a grande demanda que tem dentro do PS do pronto-socorro, e o espaço dela é pequeno. Então, não comporta aquela grande demanda de pessoas. E eu pus também aqui, acho que seria necessário, vamos supor, eu não sei, eu pus aqui com uma ginecologista em cada PA, Pronto Atendimento, mas se pudesse colocar ao menos em três para atender o mais urgente, que é escorrimento, sangramento, coceira, esse tipo de coisa, ao menos 24 horas por dia, isso ia desafogar lá no JJ, sabe por quê? Esse tipo de pessoa não ia lá. Ela ia ser atendida nos PAs, isso é muito importante.

Aqui, também, eu pus uma coisa importantíssima que aconteceu no município, das quatro regiões de saúde, a região de saúde do centro é que menos registra de entrada de pacientes na maternidade JJM, das quatro, a que menos entra paciente dentro do PS do JJ é da região do centro. Seria interessante, eu vou deixar bem enfático aqui, nós agilizarmos as crianças que necessitam entrar ao CEP, paralisia cerebral, baixo peso e deslocamento na hora do parto. Essas crianças não podem passar pela alta qualificada. A maternidade, ela tem que entrar em contato com o pessoal do





CEP, e ver se arruma uma vaga para essas crianças. Obrigado a todas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Sr. Ângelo, E, para concluir, Sr. José Roberto, do Conselho Municipal de Saúde.

O SR. JOSÉ ROBERTO – Primeiramente, bom dia a todos. São várias coisas. A primeira delas, mais uma vez, é com relativo ao PA Paraíso e a São João. Há R\$ 2,705 milhões que estão lá, que agora teria que ser para a UPA. Uma outra coisa, nós entendemos que foram feitas muitas coisas na cidade, entendemos, sim, mas nós, secretário, uma coisa que nos deixa muito triste, na realidade, é com relativo a falta de leitos. Por que com a falta de leitos? Porque o Samu, muitas vezes, tem macas presas em alguns lugares, em alguns hospitais, por quê? Por falta de leitos. Isso nos preocupa. Uma outra coisa, o que o Luiz falou, eu vou retificar, é que infelizmente nós temos na cidade de Guarulhos o Instituto da Mulher, que, na realidade, falta-se uma verba hoje aproximadamente uns R\$ 15 milhões, que é do Governo do Estado, liberar, e é um local esse que vai prestar um bom serviço, não só para a cidade de Guarulhos, mas, sim, para o Alto Tietê.

E isso pediria aos ilustres vereadores, os dois que agora ainda estão aqui presentes, que cobrem isso dos nossos deputados estaduais, essa verba para o Instituto da Mulher. Uma outra coisa, secretário, nós tivemos na UBS Novo Recreio e fora nos solicitado lá, essa UBS Novo Recreio, que foi reinaugurada, que lá tenha-se uma saída de emergência, que lá não tem. E uma outra coisa que nos preocupa também, secretário, é que foi falado aqui, que seja reanalisado, visto profundamente, contudo com relativo o que está acontecendo hoje com relativo à Fundação ABC, com relativo à falta de médicos, a redução de médicos. Seria mais isso.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, Sr. José Roberto. Secretário, antes de o Sr. responder os conselheiros, eu só vou passar uma parte para a Dra. Heloísa Helena, que ela me pediu. Dra. Heloísa, por favor.

A SRA. HELOÍSA HELENA SAMPAIO FERREIRA DE CASTRO - Eu prometi ser rápida, eu acho que todos estão aqui estão cansados de... Tem o adiantado da hora, porém, o Conselho Municipal de Saúde tem primado, nos últimos 15, 16 anos, por livre iniciativa, por livre manifestação, eu quero esclarecer aos senhores que nós ainda vivemos uma democracia, que talvez alguns entendam que vai mal nas pernas e tem sido atacada por todos os lados, pois um conselho de direito garante a livre manifestação respeitosa de todos os posicionamentos.

É um espaço de debate político, essencialmente político, porque a nossa vida é política. Quando eu me manifestei a respeito da legitimidade ou ilegitimidade de um governo, eu o fiz como militante da saúde que construiu o SUS, desde o seu período embrionário, e o fiz como militante e como conselheira, assim como respeitamos o direito dos outros conselheiros que se manifestam como empresários, e outros que se manifestam como usuários, que nem pagam impostos, porque não têm como pagar. Obrigada.





O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, doutora. Secretário, o senhor está com a palavra.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Bom, foram muitas questões, e se eu fosse responder detalhadamente a todas, demoraria uma hora e meia, duas horas, e eu tinha uma reunião 11h30 na secretaria, sobre um assunto que interessa muito a todos, que é nós começarmos a fazer cirurgia laparoscópica no HMU. Nós estamos em vias de começar, alugamos equipamentos, e aí eu tenho uma reunião sobre isso, que eu considero fundamental essa questão. Então, eu vou pedir desculpas e ser breve. No bloco anterior, eu não respondi ao vereador Zé Luiz, foi uma falha, sobre a questão da proteção animal.

Nós, na nossa gestão, nós implantamos a microchipagem lá no CCZ, na zoonose, e nós aumentamos bastante também as castrações. Vai haver, agora, uma nova iniciativa, porque, veja, a proteção animal, enquanto proteção animal, cabe à Secretaria do Meio Ambiente. A Saúde entra nisso na medida em que isso acaba afetando a saúde humana, mas não é escopo da Saúde. Aliás, tem uma enorme reivindicação em muitos locais para a gente ter clínica veterinária. Eu digo para as pessoas quando me cobram: "Olha, eu até concordo com você, mas não no SUS. O SUS não consegue nem atender direito o bicho humano, vai atender os outros bichos, não é?"

É difícil, passa para outra secretaria isso, para o Meio Ambiente". Mas com o Fundo Ambiental está para inaugurar um espaço aqui no Bosque Maia, onde será feito castração também. Então, isso vai ser um avanço para a cidade, vai dividir um pouco entre o CCZ e... Mas podemos discutir amplamente isso, acho que ainda esse ano temos que fazer uma reunião sobre a regulamentação da lei, concordo com o vereador.

O Sr. Antônio fez uma série de considerações que eu, em princípio, concordo, não é? Ele deixou para criticar na reunião do conselho, então, aguardemos a reunião do conselho. O Sr. Clodoaldo se referiu ao raio X quebrado, ele certamente está se referindo ao PA Maria Dirce, ao raio X quebrado do PA Maria Dirce, que consertou, quebrou de novo, consertou, quebrou de novo, nós estamos providenciando um novo equipamento de raio X para o Maria Dirce, mas isso leva um tempo para ser instalado. Aliás, nós tivemos também um outro episódio que foi a quebra do tomógrafo do Hospital Pimentas, quebrou o que seria o tubo do tomógrafo. O conserto saía a R\$ 850 mil, e aí nós optamos por comprar um tomógrafo novo. Então, o tomógrafo novo nos custou R\$ 905 mil reais, compramos sem licitação, por emergência, e em 15 dias deve estar instalado e funcionando lá no Hospital Pimentas. E estamos providenciando um novo equipamento de raio X para o Maria Dirce, pedimos desculpa pelo transtorno.

A questão da UBS do Presidente Dutra, para quem não está a par, ali na Papa João Paulo I, ao lado do Supermercado Lopes, a prefeitura desapropriou uma antiga fábrica, nós demolimos essa fábrica e ainda não iniciamos a construção da UBS, que vai substituir a UBS da Rua Nova York, que está num prédio alugado, inadequado, etc. A Proguaru, por vários motivos, não teve condições de dar início à obra. Existe um recurso de





uma emenda, ainda de quando a deputada Janete era deputada, mas que é um valor menos da metade do valor da obra, mas de qualquer forma dá para começar a obra, nós queríamos ter começado, não foi possível, não é? A obra, nem sempre as coisas acontecem, aliás, quase nunca acontecem no tempo em que a gente gostaria.

Também gostaria muito. O Sr. Luiz Carlos, apenas uma correção, depois nós podemos conferir os números, o gasto em saúde do Governo Federal, ele se manteve, ou teve um decréscimo, nos últimos dois ou três anos. Fora isso, houve um aumento, não no quanto seria necessário, mas nós podemos depois conferir os números, e podemos até verificar se essa emenda já tivesse sido aprovada, há 12 anos, quanto estaria gastando o ministério hoje. Essa é uma conta simples, eu já vi essa conta, mas daria mais ou menos a metade do que está gastando hoje.

Mas podemos fazer uma ampla discussão sobre isso, e acho importante que se faça. Eu não tenho aqui o número de postos que já terminou a reforma, são aproximadamente, dos 34, são aproximadamente 15, mas depois eu vou levantar essa informação certa e lhe passo. Como também não sei quanto que nós já medimos nos 9 milhões, não é? Há um atraso nessas medições, porque a Proguaru apresenta uma medição, nossos arquitetos conferem, engenheiros e arquitetos conferem, aí muda alguma coisa, volta para a Proguaru que não concorda, então, ela acaba recebendo três, quatro meses depois que ela fez a obra, por contas dessas discussões, mas eu vou levantar a informação certa.

Como disse o Sr. Antônio, a falta de medicamentos foi por volta de 30%, não é? Hoje, já deve estar menos, porque melhorou, a logística tem melhorado um pouco. A manutenção das cadeiras odontológicas, até uns anos atrás, era feita por técnicos da própria secretaria, nós contratamos uma empresa e melhorou bastante, mas ainda tem problemas. A internet, o senhor disse que sempre fala que vai melhorar, ela já melhorou, viu? Já foi pior a internet, mas tem que melhorar muito mais. Concordo com o pedido lá de melhorar o Hospital da Mulher. As contas nossas da secretaria teve uma reprovação no conselho, mas o próprio conselho nos deu a oportunidade de reapresentar essa prestação de contas do primeiro quadrimestre, na próxima oportunidade.

Com relação à Fundação ABC, nós temos tido muitas dificuldades, mas estamos procurando fiscalizar e exigir deles, não é? O Sr. Ângelo traz uma série de informações sobre o JJM, a questão do pronto-socorro, quer dizer, é o atendimento de urgência, que é feito lá, tanto à gestante, quanto outras queixas ginecológicas. A reclamação procede, nós temos dificuldades na atenção básica, então, faltam mais ginecologistas na atenção básica, mas não é o maior problema do JJM, isso é uma parte pequena do gasto deles. É um problema porque, como o senhor mesmo disse, o espaço é pequeno, não é? Então, não atendem, assim, nas melhores condições lá no JJM, mas em termos financeiros, não é isso que é o grande gasto dele. O grande gasto deles é com partos e com UTI neonatal, isso é, o custo maior deles, está aí. Concordo que a gente tem que agilizar os





atendimentos do CEP, não é? Sr. José Roberto, o PA Paraíso, a Caixa parece que agora vai liberar para a gente fazer a obra, mas teve todo esse tempo com bastante dificuldades. Bom, acho que foram feitas várias observações, procedentes, importantes, não é? Eu agradeço todas as colocações feitas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) - Obrigado, secretário. Gostaria de agradecer a presença de todos, e parabenizar a todos os trabalhadores de saúde pelo belo trabalho que vêm desenvolvendo em frente à nossa população, os trabalhadores de saúde da Secretaria de Saúde, e do trabalho feito aí perante a nossa população, e também principalmente parabenizar os conselheiros, tanto do Conselho Municipal de Saúde, como os conselhos gestores, por serem pessoas dedicadas a nossa população, à saúde da nossa população, principalmente se tratando de um trabalho voluntário que vocês desenvolvem, em prol da nossa população. Parabéns a todos pelo belíssimo trabalho, e não tendo mais matéria a ser tratada, dou por encerrada essa presente Audiência Pública. Obrigado.

– Encerra-se a Audiência Pública às 11h39min.



- PRESIDENTE -

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.

